



Atos do Executivo nº 1146182  
Disponibilização: 15/10/2024  
Publicação: 15/10/2024

## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

### **SUBPREFEITURA DA SÉ**

#### **Supervisão de Esportes**

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000

Telefone: 33971200



### **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DA SÉ DO ANO DE 2024.**

#### **INICIATIVAS SOLIDÁRIAS SÃO PONTOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE**

Ao quinto (05) dia do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, em atendimento à convocação nº **10ª/2024** publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, realizou-se a **23ª/124ª** Reunião Plenária Ordinária presencial, do Conselho Participativo Municipal da Sé, Biênio 2022/2024, a partir das 19:00h, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros presentes, reuniu-se o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura da Sé, por meio de seus titulares, nas dependências da Subprefeitura Sé, com sede na rua Álvares Penteado, nº 49, Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pela Coordenadora do Conselho Participativo Municipal da Sé, Sra. **MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES**, pelo Secretário Sr. **ANTONIO RONALDO DOS SANTOS**, juntamente com à autoridade ali presente, o interlocutor da Subprefeitura da Sé o Sr. Cel. **JOSÉ EDUARDO BEXIGA**. Estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: **FÁBIO BENINI CABRAL; FÁBIO LÚCIO SANCHEZ; INÊS LUCCHESI DE CARVALHO; MARIA LILIAN GALVARRO PENA; ROBERTO JORGE REGENSTEINER; ROSANGELA ZANON MONTEIRO; ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA; SILVIA CRISTINA MULE; STELA DE CAMARGO DA DALT; YOO RI KIM**. Conselheira assistindo remotamente: **ELISABETE ANTOLINO**. Conselheiro ausente justificado. Conselheiro ausente não justificado **DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB**. Múncipes presentes **GISELE B. DE ABREU; ALLAN. POZZI DE CASTRO; ANDRÉ LUCAS AIO; JULIANA APARECIDA GLOTA; HAMILTON SIMÕES PIRES; PAULAVENTURA DA COSTA; ABÍLIO FOORIRÃO; ALBERTO MILANI; MARCOS ROBERTO; ROSELI C. BARBOSA; NOIRY CARVALHO; GLEDA S. DA SILVA; ANA CLAUDIA CARLINI; VIVIAN MARIA DELL AVERSAÑO; JESSICA TAPIA; GIORDANA K. LICASTEIO; ROSALIA C. PARRUBIA**.

#### **ITENS DE PAUTA:**

#### **CONVOCAÇÃO 10ª/2024**

#### **23ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO CPM/SÉ (23ª/124ª)**

O CPM/SÉ convoca a todos os Srs. Conselheiros Participativos Municipal da Subprefeitura da Sé e convida os demais interessados, a participarem no próximo dia **05 de agosto de 2024 (segunda-feira)** às 18h:30m, da **23ª** Reunião Ordinária do CPM/SÉ (Biênio 2022-2024), na sede da Subprefeitura da Sé, situada a rua Álvares Penteado, nº 49, a fim de analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

## **PRIMEIRA PARTE**

1. Fala Inicial da Coordenadora, Secretário-Geral, ou em exercício, o interlocutor;
2. Boas Vindas e apresentação dos representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura de pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Municípios e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas e apresentadas em reuniões anteriores;

## **SEGUNDA PARTE**

6. Aprovação de Atas, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos;
7. Redação e recepção de propostas do PLOA.
8. Demolição do Patrimônio Cultural na área de abrangência da Subprefeitura Sé;
9. Debate sobre o fortalecimento dos Conselhos Participativos Municipais (sob a perspectiva da legitimidade social e jurídica);
10. Devolutiva dos representantes da macrorregião Centro no C MPU; Revisão do Regimento Interno, PL445/24 e PL399/24.

## **TERCEIRA PARTE**

11. Informes Gerais e Agradecimentos.

Informamos a todos que, não havendo quórum esta reunião irá começar rigorosamente às 19:00 horas, e em segunda chamada, com o número de Conselheiros presentes, de acordo com o Art. 22º da Portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020. Comunico ainda que a ata será publicada em Diário Oficial contendo a pauta, horário e local, deliberações tomadas, lista de presença e resoluções bem como, ao Art. 7º, inciso IV, constante na portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Participativo Municipal.

São Paulo, 23 de julho de 2024.

**Sra. MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES – COORDENADORA**

**Sr. ANTONIO RONALDO DOS SANTOS – SECRETÁRIO-GERAL**

Após leitura da pauta, seguiu-se o **item 4** demandas de zeladoria urbana, trazidas por municípios e conselheiros.

**MUNÍCIPE ANA CLAUDIA CARLINI:** Solicito com urgência uma audiência com os responsáveis pelas regras impostas aos cuidadores dos felinos que residem no Parque da Aclimação. Somos muitos os voluntários que cuidam dos gatos, não apenas a “aprogatos”, associação familiar que se pretende a “oficial” nessa atividade. Sugestão de entrevista (Sra. Juliana Summa, bióloga que assina as atuais regras); 1º) Nós, do Projeto Composteira (Sampa Trural) solicitamos um encontro com a vigilância Sanitária, para compor conjuntamente com eles os critérios a serem adotados para que se analise o material (adubo de ótima qualidade) na análise biológica (microbiológica ou fitossanitária) da mesma; sabemos que a vigilância estabeleceu local sem nos avisar, sendo que somos nós que podemos orientar os critérios das adisses. Só soubemos depois; 2º) Solicitamos a presença de água na praça para podermos dar continuidade aos cuidados com as plantas e composteiras; 3º) Solicitamos também isso é imprescindível e previsto em lei (Manual Técnico de Arborização Urbana) a manutenção das folhas secas sobre o solo de terra visando sua saúde e umidade.

**MUNÍCIPE ALLAN T. POZZI DE CASTRO:** Venho por meio de punhos próprios agradecer o programa do (Pot) pois sou trabalhador de zeladoria do (Pot), gostaria de ampliar mais, pois é só de 2 anos de contrato a Allan peço humildemente que esse programa que é lindo para a POP RUA. Tem que ser de um diploma para a um trabalho de CLT, pois às pessoas em situação de rua foram para a rua por motivos de desemprego e o programa veio para ajudar a população de vulnerabilidade para uma linha direta para um programa de CLT Prefeitura dos mais limpa a cidade de São

Paulo.

**MUNÍCIPE ANDRÉ LUCAS AIO:** Solicitamos providências da Prefeitura e CGM: Os direitos da POP RUA têm sido violados constantemente com atos de violência física e moral, seus pertences têm sido retirados sem garantia de devolução e estão sendo acordados com jatos de água, revistas sem motivo aparente. Solicitamos que sejam respeitados os direitos da POP RUA e que se respeite o Decreto de Zeladoria Urbana que não me lembro do número do Decreto. Fico no aguardo e me firmo.

**MUNÍCIPE PAULA VENTURA:** 1º) Condições da Praça Rotary, sujeira, ratos e manutenção; 2º) Praça Largo do Arouche, cachorródromo realizado não houve participação dos munícipes, o cachorródromo deveria ser realizado no próprio Largo do Arouche, muita sujeira, muita comida e presença de ratos e inclusive foi colocado veneno de ratos hoje dia 05/08/2024; 3º) Praça da Júlio Prestes, sujas sem zeladoria.

**MUNÍCIPE JÉSSICA TATIANA T. TAPIA:** Viaduto Engenheiro Orlando Murgel, após incêndio que ocorreu no dia 29 de julho a Subprefeitura da Sé quebrou as paredes do mesmo para atender nosso pedido de revitalização do baixo do viaduto. O problema é que se a SIURB não inicia a reforma do espaço que ficou aberto, pode se tornar esconderijo de bandidos e até perigo para nós mulheres que passamos por ali. Solicito, portanto, que a Subprefeitura da Sé se comunique com a SIURB para pressionar logo a ação ou lacrar é melhor e não como ficou.

**CONSELHEIRA ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA:** Rua da Consolação, obra na calçada da Consolação próximo à Praça da República, sem identificação impedindo passagem de pedestres, principalmente deficientes físicos, conforme fato levado ao Secretário do CPM Ronaldo.

**CONSELHEIRO ANTONIO RONALDO DOS SANTOS:** Foram feitas solicitações de limpeza de bueiro (BOCA DE LOBO) e desobstrução do cano condutor que sai da boca de lobo e vai até a rede. Todas as bocas de lobo citadas estão entupidas de terra, precisando a limpeza e o jateamento no cano condutor. Solicitações feitas para as seguintes ruas e avenida: rua Amélia Sá Barbosa, 75; rua Benedita Sá Barbosa, 68; rua Matilde Sá Barbosa, 181; travessa Benedita Sá Barbosa, 04; rua Amélia Sá Barbosa, 135; rua Benedita Sá Barbosa, 211; avenida do Estado, 1918; avenida do Estado, 1812; avenida do Estado, 1734. Praça Coronel Odilon Aquino de Oliveira, 5600, esquina com a avenida do Estado e rua Dr. Jorge Miranda, tem duas bocas ali na calçada do CP Choque da Polícia Militar.

**Item 5: Devolutiva da Subprefeitura quanto às demandas trazidas por munícipes e conselheiros.**

**As devolutivas das demandas serão encaminhadas via e-mail aos munícipes.**

**Item 6: Aprovação de atas, validação dos officios, retorno de reuniões e respectivos desfechos.**

**As atas dos meses de março e abril foram aprovadas e serão encaminhadas para publicação.**

**Item 7: Redação e recepção de propostas do PLOA.**

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Nesse ano tivemos a possibilidade de fazer o recurso das propostas. Na reunião sobre o PLOA havia comentado que contava com o apoio de vocês para fazermos juntos todos os recursos. Tivemos o apoio do conselheiro Fábio Sanchez e do pessoal do Coletivo Jurubatuba Mirim, que mandou a minuta do recurso da proposta, nós entregamos. Algumas propostas não tiveram recursos porque não consegui entender qual era a proposta. Como fazer um recurso sem entender o que está sendo pedido? Só estou esclarecendo, porque conseguimos encaminhar o recurso de três propostas e agora estamos aguardando o prazo de retorno, algumas foram dadas como inviáveis devido a finanças e que não tinha verba. No caso da Saúde, em quase todas, alegaram que não tinham dotação orçamentária para a proposta e algumas foram aprovadas, como um CEU, que foi aprovada, mas não tinha dotação naquele momento, mas que ficava aprovada para ser feita e até deram orçamento, mas só precisava ser acompanhado pelo Conselho Participativo. Nós vamos ter eleições agora no fim do ano e quem entrar é bom acompanhar.

**A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE:** Só que tem uma questão: aquelas propostas que foram votadas em 2023 e que entraram no PLOA em 2024, ainda estamos a ver navios. Sobre o SECCO, na reunião que tivemos no prédio da Prefeitura, foi dito que dariam uma devolutiva, não houve devolutiva alguma. Mas não é simplesmente ser aprovada, você tem que saber a continuidade das coisas.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Só queria acrescentar uma coisa com relação à proposta que

recorremos, foi feito o recurso a respeito da pesquisa que esse CPM pede sobre a Cracolândia e além do recurso que nós já recorremos, para quem não sabe, o CPM sugeriu uma pesquisa a respeito da Cracolândia a história da Cracolândia, entender o que fazer com ela, políticas públicas que já foram feitas ao longo de vários anos sobre a Cracolândia e também coletando dados de pesquisa no local a respeito do comércio local, etc. bem que se vê que é muito específico sobre a Cracolândia, pois a resposta que veio para rejeitar essa proposta é de que a Secretaria de Saúde tem uma proposta de uma pesquisa idêntica. Como é possível? Nós não podemos aceitar isso! Então, além do recurso nós fizemos, queria que nós oficiássemos a Secretaria de Saúde que não conseguimos contato lá. Para ver essa pesquisa, chamar a pessoa aqui para explicar o que é essa pesquisa idêntica, igual a nossa que acho muito difícil de ter acontecido ou então que a pessoa que respondeu também

venha aqui justificar porque é uma pesquisa idêntica. Esse CPM não pode trabalhar com a Cracolândia que é nosso maior problema às cegas, nós temos que ter informações, precisamos saber o que está acontecendo ali, quais são as demandas exatas, o que a Prefeitura fez, o que deu certo e não deu, o que é possível fazer é uma pesquisa importantíssima um instrumento de trabalho para nós aqui.

**A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE:** Não existe uma área única da Saúde, é muito disciplinar.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Exatamente não é só da Saúde a questão social estamos pensando na questão de gênero, a questão do trabalho outras Secretarias serão beneficiadas por essa pesquisa, é uma pesquisa importantíssima e que precisamos insistir nisso, aliás se for possível uma reunião com o departamento da CPU da Subprefeitura da Sé que trate disso, nós estamos à disposição, então é uma pesquisa importantíssima que insistir nisso, então queria oficial o setor.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Foi a Secretaria de Saúde?

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Não foi a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Fazenda só respondeu que a Secretaria da Saúde tinha uma pesquisa idêntica, o que mandamos o recurso questionando idêntica em quê?

**A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT:** Acho que se a pesquisa é idêntica, queremos conhecer essa pesquisa se ela existe que bom, então nós precisamos dessa pesquisa, nós queremos uma apresentação aqui no conselho se há um processo SEI dessa pesquisa, eles podem passar o número, podemos consultar. Acho que o recurso é importantíssimo também para não perder o tempo de encaminhamento.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** No recurso já encaminhei a minuta que o conselheiro Fábio Lúcio Sanchez me mandou, encaminhei até a minuta, eles estão de posse daquela minuta também, então eles comparam ou não comparam, mas continua no prazo deles darem o retorno para nós.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Não sei se é o caso de esperar eles responderem para nós, eles já deram uma posição para que eles possam responder, que nós tenhamos acesso a essa outra pesquisa que está rolando.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Consultei o processo SEI das propostas do ano passado com relação ao SECCO, estão verificando o local, sendo que tem o local na própria proposta, não tem nenhuma resposta, porque não foi considerado isso. Em agosto, na verdade, foi a primeira devolutiva que deveria ter sido em abril, mas não foi feita nenhuma outra devolutiva e em agosto tem essa devolutiva, com relação a proposta que fizemos, também foi aprovada para Locação Social, para população em situação de rua no dia da devolutiva online na semana passada a pessoa da Secretaria da Habitação se comprometeu a fazer uma reunião presencial com todas as pessoas, não fez a reunião, a proposta que foi encaminhada naquela noite, a própria pessoa que levou a proposta falou que era completamente absurda, ela mesma se contradiz que era uma pessoa que apareceu lá, enfim não tinha nenhuma noção do que estava falando, só que no processo SEI o que está lá é exatamente o que estava naquela resposta, ou seja, um prédio para fazer Locação Social para pessoas em situação de rua que está ocupado por outras famílias, ou seja, vão tirar as pessoas que estão lá. A proposta está meio deturpada e outro local seria o terreno do Milton Paz, que parece que tem outra proposta também vinculada a moradia, ou seja, não são propostas que trazem as respostas exatamente que encaminhamos, feitas pelo Conselho, então não tem nenhum cabimento no processo SEI em agosto, ou seja, oito meses depois do início do ano já estamos no fim do orçamento da execução do orçamento e nada foi feito, enfim as coisas estão sendo encaminhadas e não tem o mínimo sentido, não sei o que nós podemos fazer em relação a isso, com relação às propostas do ano passado, acho que realmente a devolutiva não tem sido condizente como nada, nós temos sido totalmente ignorados e com relação às

propostas deste ano, realmente a análise é meio rápida, todas as devolutivas e não consegui entrar com o recurso, infelizmente não deu, o que percebi da Prefeitura, a análise que ela fez foram as propostas que estão dentro do que vou fazer no próximo ano aprovo as propostas que dentro de algo que quero no ano que vem eu deturpo e aprovo de uma forma contrária, a proposta que fizemos da Locação Social não é o que está na resposta que a Prefeitura deu como viável, ela fez outra proposta e colocou como viável, ou seja, ela vai fazer outra proposta de um trabalho que ela está fazendo com o pessoal da Faculdade de Arquitetura, não é a proposta que fizemos e destinou de recursos zero reais, ou seja, voltamos à estaca zero, mesmo que nós tenhamos os prédios do governo federal, fazer o convênio seria completamente possível, precisa de recurso para fazer reforma do edifício para aprovar o projeto, ou seja, sem recursos, sem projeto é viável, mas sem recursos não vai acontecer, isso aconteceu com outras propostas também que foram consideradas viáveis, mas você vai ver o que está considerada viável não é o que nós propusermos é o que a Prefeitura acha que ela está fazendo, o que quer fazer o que está previsto no orçamento pela Prefeitura, acho meio complicado isso, não é porque essa participação da população era melhor que não existisse para fazer deste jeito, deveriam colocar as propostas deles.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Por isso que a minha esperança é a reunião que faremos sobre o assunto. Só estou preocupada de acontecer, o que aconteceu aqui na reunião, vamos ter o Ministério Público e todas as Secretarias e quem vai intermediar essa reunião é o CPM. Vocês vão ter a oportunidade e precisam ter cuidado não prejudicarem vocês mesmos. Sua fala Inês é importante na nessa reunião, para que todos entendam porque eles fizeram isso.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Só uma coisa, essa discussão não é hoje que nós vamos fazer, só estou colocando sobre a proposta do PLOA, acho que essa reunião é outra coisa, acho que o PLOA é para o ano que vêm.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Mas ele não foi aprovado, essa é a questão.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Estou colocando aqui são duas coisas a reunião é importante têm todas as denúncias, tem também a questão do outro documento apresentado na Câmara Municipal com várias violações de direitos, coisas muito sérias que acontecem nos abrigos, as denúncias que eles fizeram aqui, que são outras questões que também vão ser desenroladas nesta reunião mais profundamente, uma coisa é a reunião que têm outros assuntos em questão, outra coisa é o PLOA nós não podemos colocar tudo junto, porque não é, acho que é a hora de a Prefeitura chamar a população para participar de um processo orçamentário.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Quem deu esse retorno, não foi a SMADS, não foi quem cuida dessa parte de atendimento.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Sim, foi a Secretaria de Habitação, entendo que você está colocando, você entende o que estou colocando.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Sim, entendo.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Uma coisa não tem nada a ver com a outra, essa resposta do PLOA independentemente do que estava escrito nessa proposta deveria ter sido outra, deveria ser inviável não vou fazer, aliás, o que estou colocando é outra coisa, colocando que acho que a Prefeitura quer fazer um processo de orçamento participativo, então põem lá as propostas que tenho são essas que vocês vão votar, não pedem para as pessoas virem aqui fazer propostas e depois colocar as delas, porque isso não é participação social estou colocando é outra coisa, estou colocando é que a população não foi ouvida que as propostas foram deturpadas e foram encaminhadas como viável, como essa também da pesquisa, quer dizer várias propostas foram encaminhadas como viável mas não era a proposta que nós tínhamos feito.

**O MUNÍCIPE ANDRÉ LUCAS AIO:** Gostaria de levantar uma questão, não pode ser utilizado o dinheiro da minha casa, minha vida para fazer a reforma? Caso não tenha o orçamento da Prefeitura, utiliza o orçamento da Federação.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Então isso aí nós podemos discutir na reunião, é um termo importante para sugerir, vocês precisam ser ouvidos. Pessoal nós podemos acertar isso depois, nós precisamos cumprir a pauta.

**Item 8: Demolição do Patrimônio Cultural na área de abrangência da Subprefeitura Sé.**

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** O Conselheiro declarou ter sugerido a pauta pois recentemente se deparou com a demolição de um imóvel na Av. Pacaembu, tratava-se de um palacete do movimento arquitetônico Eclético, talvez o último remanescente da época na referida Avenida, soube tratar-se da antiga residência de Romeo Nunes e família, erguida em 1941 e Projetada por Júlio Paulo Albieri, encontrava-se até os dias atuais em ótimo estado de conservação e com sua estrutura original preservada, no entanto não estava sob a proteção legal de patrimônio tombado. Complementou o Conselheiro ter presenciado diversas outras demolições não apenas no bairro do Pacaembu, mas também na região dos Campos Elíseos e na região do Bixiga, e como necessariamente os alvarás de demolição são expedidos pela Subprefeitura Sé, indagou ao representante da municipalidade se poderia haver um prazo de pelo menos 5(cinco) dias úteis para recurso, no caso de algum munícipe desejar manifestar-se sobre ou requerer as razões do despacho, assim como já é feito nas expedições de podas e supressões de arbóreos. Concluiu o Conselheiro trazendo a reflexão aos demais e sugeriu como encaminhamento.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Conselheiros, vocês estão de acordo de fazermos esse encaminhamento? Seguir essa sugestão?

**O SENHOR CEL.BEXIGA:** Fiz uma pergunta aqui, até para nós entendermos, falo pela Sub/Sé geralmente demolição de imóveis tombados são muito raras às autorizações pela Sub/Sé o que teve foi aquele casarão que foi demolido e tudo mais, ele veio por ordem judicial aí não teve contestação, mas a pergunta é se essa solicitação vai ser só para imóveis tombados ou para demolições em geral, porque tem um processo que está correndo na justiça, na verdade, estão procurando um proprietário do caveirão e é um prédio muito perigoso, então esse processo estão buscando o proprietário, mas aquele lá provavelmente vai ser demolido, então a única coisa que gostaria de perguntar se vão pedir para fazer esse procedimento dentro do que o conselheiro Fábio Benini falou o que aconteceu as podas de qualquer árvore ela pode ser contestada, então hoje o que acontece, o técnico vai lá, faz a análise sobre a poda e publica em diário oficial, depois de cinco dias de publicação aí que essa poda vai ser programada para ser feita, então se for uma norma como essa só perguntar se vai valer só para patrimônio tombado ou para todas as demolições.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Acho que o prazo de cinco dias para nós fica muito complicado.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** O que a conselheira Inês está colocando é assim, sai em 5 dias e nós nos reunimos somente uma vez por mês.

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Comentou que se torna muito trabalhoso para que os voluntários acompanhem todas as publicações da Sub/Sé no Diário Oficial diariamente, e que, não havia como algum Conselheiro se ater exclusivamente nisso, então a sugestão seria o Conselho Participativo ser informado, podendo ser via e-mail, talvez pelo Institucional, o que seria interessante para que se precavesse em relação à alguns imóveis que poderiam ter pedido de Tombamento, concluiu o Conselheiro que no caso relatado da Av. Pacaembu, não houve tempo de fazer nada, e acredita que a população deveria ser informada com antecedência.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Conselheiros, vocês estão de acordo de fazer o encaminhamento.

As conselheiras Inês e Silvia se abstiveram. Todos os outros conselheiros concordam com o encaminhamento.

### **Item 9: Debate sobre o fortalecimento dos Conselhos Participativos Municipais (sob a perspectiva da legitimidade social e jurídica)**

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** O Conselheiro traçou uma perspectiva sobre a evolução dos Decretos regulamentadores que sucederam a idealização do Conselho Participativo Municipal em 2013, e que de acordo com sua experiência adquirida nos últimos anos, manifestou-se preocupado com desvio de propósito e desvirtuamento de uma das principais atribuições do CPM. Para exemplificar, mencionou a Lei 15.764 de 2013, mais especificamente o Art. 35, inciso III, “Zelar para que os direitos da população e os interesses públicos sejam atendidos nos serviços, programas e projetos públicos da região e comunicar oficialmente aos órgãos competentes em caso de deficiência nesse atendimento”; reforçou a importância do que foi trazido pelos munícipes em situação de rua, e enfatizou que as demandas de Zeladoria Urbana são de atribuição do CPM intermediar, como um órgão facilitador de comunicação entre a população e

Subprefeitura. Destacou que o Conselho Participativo Municipal tem força de Lei para requerer que a Prefeitura pelo menos justifique suas ações e planejamento, que de forma clara o intuito principal é apoiar o cidadão em suas demandas prioritárias na região. Explicou o Conselheiro que trouxe essa reflexão, pois soube recentemente da Reunião mensal de Zeladoria organizada pela Sub/Sé, que em seu entendimento, apesar de funcionar como mais uma opção para o munícipe participar, receia por um enfraquecimento do CPM ao deixar de capitanear essas Reuniões, pois diferentemente das Ordinárias, ausente da força do Pleno, a população poderia ficar em desvantagem para se articular, ao questionar o poder público. Concluiu reforçando que não estaria criticando a postura da Sub/Sé, mas vê com preocupação a questão.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Nós agradecemos, a sua colocação é importante sim, nós consideramos o que está na lei é importante todos os conselheiros estarem sempre atentos em relação ao que está sendo colocado, nós não deixamos de cumprir o nosso papel, estão aqui os formulários quem vem aqui na nossa reunião faz a proposta e traz, o Cel. Bexiga está cheio de propostas aqui que foi feita então não mudou nada, hoje ficamos uma hora ouvindo as pessoas e a ideia era meia hora, ainda assim deixamos as pessoas se colocarem, porque estão aqui para isso, então nós ouvimos, mas não vejo nada de mais ter uma reunião de zeladoria, acho muito importante, participo como munícipe aí na reunião não vou como coordenadora e nem como CPM vou como munícipe e levo as demandas do meu bairro, a Fernanda que é a Secretária do Conseg Bom Retiro também leva outras demandas, muita coisa o Cel Bexiga esclarece e nós agradecemos por isso e acho interessante e vi que temos tempo para perguntar, o conselheiro Fábio Sanchez estava na última reunião e assim acho que é livre. Agradeço você ter lembrado o propósito e o que está como atribuição do conselho.

**A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE:** Já que estamos falando de propósitos e deveres e obrigações, gostaria sinceramente de saber o que aconteceu com todas as Atas de 2023 e parte de 2022.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** As Minutas das Atas de 2023 estão disponíveis para vocês lá no drive.

**A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE:** Quantas?

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Todas, enquanto fui secretária, todas as Minutas das atas foram feitas, fiz uma planilha até para vocês se guiarem, qual era a proposta de cada uma, qual era a documentação que precisava e isso está disponível para todos os conselheiros lá no drive.

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Com a palavra, o Conselheiro reiterou a colocação da Coordenadora, e mencionou que as Atas de 2022 estavam todas publicadas, e o que faltaria para finalizar as Atas referentes a 2023 seria complementar com documentos registrados, como por exemplo, os formulários de reforço de providências remotos e presenciais, também conferir presenças e deliberações dos encaminhamentos, fazer correção ortográfica, revisar geral e por fim formatar. Declarou que não se trata de preciosismo, mas em se tratar de itens obrigatórios constarem por Legislação, devendo as Atas ser assertivas tanto no conteúdo quanto no formato, além da responsabilidade sobre aquilo que é dado fé pública e segue para Diário Oficial em seu nome, mas que feito isso estariam prontas para ser submetidas à aprovação.

**A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE:** Então, porque já que estamos falando, vou falar com todas as letras, isso que está faltando e meu nome como de todos os conselheiros que está em jogo, então quero esse documento, porque daqui a dois, três meses acaba nossa gestão, quero isso antes e é uma coisa que se alastra.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Nós termos conversado, o Ronaldo e eu, temos conversado com o conselheiro Fábio Benini e precisamos nos organizar, só falta isso. Ele vai revisar e liberar as Atas.

**Item 10: Devolutiva dos representantes da macrorregião Centro no CMPU; Revisão do Regimento Interno PL 445/24 e PL399/24.**

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Pediu a palavra, e explicou que o item de pauta tratava-se de comunicar aos Conselheiros o que vinha sendo feito no âmbito do CMPU. Que tomaram conhecimento de dois PLs, de números 399 e 445; quanto ao primeiro Projeto de Lei havia sido feita uma Moção de Repúdio pelos Conselheiros do CMPU, inclusive foi publicada em dois dos maiores jornais de circulação do país, e que tendo participado das reuniões, os representantes da Macrorregião Centro (Sra. Conselheira Stela e ele próprio) aderiram ao documento, completou o Conselheiro, que recentemente o Prefeito sancionou a Lei de Zoneamento com 18 (dezoito) vetos a emendas de

vereadores deste PL, mas que algumas emendas preocupantes passaram, restando a possibilidade de judicialização. Quanto ao outro Projeto de Lei seria referente a uma antiga proposta repaginada pela Prefeitura sobre a construção de lajes interligando viadutos na Liberdade, que havia sido aprovado em toque de caixa pelos vereadores e incluso na Lei do PIU-SCE, mas que nem mesmo o CPMU, tampouco o CPM/SE, foram informados do que se tratava e discutia, que o processo não havia sido participativo para sociedade civil e nem transparente, que sempre os Conselheiros eram pegos de surpresa. Concluiu dizendo que faz parte da Comissão interna de revisão do Regimento Interno do CPMU, e as alterações previstas irão proporcionar aos membros encaminharem pautas, o que no R.I. atual não vinha sendo possível.

**A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO:** Na verdade, a PEC 445 o Executivo que encaminhou para o Legislativo, então não é que o Executivo não sabe o que está acontecendo o Executivo não fez, nunca convocou o conselho gestor eleito, então ele fez uma alteração na lei sem consultar o conselho gestor tem até o problema de participação social na própria instituição AIU-CENTRAL e, além disso, fez uma alteração de uma série de coisas além da Laje, tem uma série de coisas que altera também áreas verdes entre outras alterações numa lei que, na verdade, foi o Executivo que encaminhou para o Legislativo se não tem a participação do Legislativo pelo menos ainda antes de chegar na Câmara, na verdade, tem um atropelo aí do Executivo também de não consultar a população.

**A MUNÍCIPE GIORDANA K. LICASTEO:** Faço parte do movimento POP RUA só vim dizer a gratidão aos conselheiros que aprovaram a Locação Social para nos ajudar e gostaria de fazer uma pergunta porque essa Locação Social for aprovada para 2025, gostaria de saber por que tinha uma listagem de suplentes onde várias pessoas foram tiradas da listagem? Gostaria de saber onde foi parar essa listagem, porque agora conseguimos essa reintegração? Gostaria de saber como nós vamos ter acesso para saber dessa nova listagem, como que vai ser?

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Alguém sabe quem é o responsável por essa listagem?

**O MUNÍCIPE ANDRÉ LUCAS AIO:** A Secretaria da Habitação – SEHAB.

**A MUNÍCIPE GIORDANA K. LICASTEO:** Nós fomos informados que eles querem botar na mão de movimentos.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Vi essa listagem na internet, vou pesquisar novamente. Se achar alguma coisa te informo ou posso mandar para o seu celular. Pessoal foi sugerido na última reunião para elaboramos questões aos candidatos à Prefeitura. A minha pergunta é: vamos fazer isso? vocês podem elaborar e enviar pelo WhatsApp? ou preferem que façamos uma reunião online para tratamos do assunto em conjunto? Isso levantei e vi que nós estamos fechando as Atas, então fiquei com essa dúvida. Isso que foi colocado foi uma sugestão, não foi aprovado. Estou trazendo isso de volta e pergunto a vocês. Vocês querem levar isso adiante?

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Sugeriu fazer um “Drive” com acesso compartilhado para que colocassem as questões, dessa forma facilitaria filtrar as que ficassem repetidas, e posteriormente encaminhar um Ofício com a compilação das mesmas aos Candidatos.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** É que a eleição está aí em outubro. Vocês estão de acordo em dar continuidade a isso ou não, vocês aprovam conselheiros?

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Nós vamos fazer isso via WhatsApp.

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Continuou acreditar ser melhor opção por “Drive”, e lembrou, que a Mesa Diretiva como administradores, poderiam monitorar, editar e aprovar as contribuições.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Ok e todo mundo tem acesso ao drive, está bom, vamos fazer isso.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Nós temos que nos posicionar com relação a esse projeto de Lei que determina a doação de áreas de território público do centro de São Paulo, da área Central de São Paulo para o governo do Estado de São Paulo, visando articular a transferência da sede do Governo do Estado para o Centro, ocorre que isso foi feito arbitrariamente, esse conselho não foi consultado, aliás, nenhum conselho foi consultado há absurdos em relação a isso como, por exemplo, a concessão de um Parque Municipal, o Parque da Aclimação parte desse parque do terreno para a Polícia Militar que já está utilizando ali, foi concedido não tem questionamento nenhum é uma doação desse terreno.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Eles utilizam para quê?

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Doação para a Polícia Militar para utilização da ROCAN um posto, aliás muitas pessoas acham que isso é virtuoso, não tem ninguém questionando, estou citando um caso e tem vários outros. Então gostaria de dar uma sugestão de encaminhamento e que o CPM faça uma moção de repúdio.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Vou precisar da minuta, quem vai fazer a minuta. Aguardo essa minuta para nós fazermos esse encaminhamento.

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Ressaltou que houve uma série de doações de áreas municipais para o Estado, inclusive renovações de algumas concessões, e que a gravidade maior tem sido a ausência de audiências públicas suficientes, prejudicando a participação social e o debate com a população, além de pouca divulgação do que vem sendo realizado, ferindo inclusive, um dos princípios constitucionais, o da Publicidade.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** A questão do zoneamento quando você deixa de ser parque.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Quem teve acesso a esse processo todo? O projeto do Governo do Estado?

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Recordou que houve uma apresentação do projeto desta transferência da Sede do Governo ao CONPRESP, e soube que a apresentação foi bem completa.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Porque eu não consegui acesso a esse material, queria ter esse material para trazer aqui, isso até estava na pauta para discutir, não consegui esse material, então quem tiver esse material por favor ponha no grupo a apresentação do governo dizendo o que vem o que não vem.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Está no grupo o projeto.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** O projeto do Governo do Estado? A mudança?

**O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL:** Sugeri que a Moção de Repúdio seja referente quanto às deficiências do processo participativo.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Só gostaria de pedir para vocês ajudem a fazer essa minuta e me passem, por favor, para encaminhar, se vocês puderem me ajudar agradeço.

**O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ:** Queria perguntar ao Cel. Bexiga se a Sub/Sé foi consultada a respeito da Transferência da Doação de Território Público na área da Sub/Sé para o Governo do Estado, para este decreto novembro/2024.

**O SENHOR CEL.BEXIGA:** Área Pública é da Secretaria do Meio Ambiente. Não é área pública da Sub/Sé. O resto são áreas particulares processo de desapropriação.

**A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES:** Agradeço a participação de todos e a reunião está encerrada, boa noite.

Não houve informes gerais.

Após os agradecimentos pela coordenação e autoridade presente, deu-se o encerramento exatamente às 21:30 da reunião ordinária presencial na sede da Subprefeitura da Sé.



**João Batista Ferreira Alves**  
**Assistente de Suporte Operacional**  
Em 14/10/2024, às 13:29.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **112372983** e o código CRC **7E6A2E84**.